

Quem vai investigar Dias Toffoli?

Neolavajatismo também discrimina, persegue e viola a lei messianicamente

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional na USP e doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SPCF

Olavajatismo curitibano foi um grande negócio para a extrema direita e para a advocacia lobista. Chancelado pelo STF, turbinado por Gilmar Mendes e microfonado sem juízo pela imprensa, os abusos à luz do dia de Sérgio Moro e Delam Dallagnol não foram enfrentados por instâncias superiores, que se curvaram ao ferozismo contra a corrupção dos outros.

Quando o STF, anos depois, virou de lado sem prestar contas pelo dano que ajudou a causar, um impeachment e a eleição de um autocrata haviam passado. Os efeitos já eram irreversíveis, mas não impediram o STF de, pós-estrango, emular virtude e começar a emitir as violações de direitos da lei. Foi preciso invocar a Vítima

luto como pretexto, pois a ação política e as quebras de decoro de Moro sacudiram há anos os encontros black tie. O olavajatismo virou um grande negócio. Ao se deitar capturar pela advocacia lobista pelas famílias magnificas, converte-se em neolavajatismo.

Chancelado pelo STF, turbinado por Gilmar Mendes e apoiado por um ecossistema de talk shows de YouTube e blogs jurídicos patrocinados por empresas punidas pela Lava Jato, seus abusos à luz do dia têm gritado nas decisões limitadas de Dias Toffoli das últimas semanas. Toffoli suspendeu multa de R\$ 10 milhões da JF, suspendeu multa de R\$ 5,5 milhões da Odebrecht;

determinou investigação criminal contra a organização Transparência Internacional. São múltiplos os vícios. Por limitar a monocrática, que se nega a plenário da corte, Toffoli invalidou atos jurídicos antigos e de enorme repercussão para o erário público.

No mérito, Toffoli fugiu de argumentos específicos do caso e abraçou afirmações abstratas sobre os males da Lava Jato no Brasil, alega falta de "voluntariedade" nos acordos de leniência, e ignora que o próprio STF atestou a voluntariedade dos acordos de colaboração premiada correlatos. Ao suspender multa da JF, ignora que os abusos da Lava Jato, ignora que mil milhões não tem nenhuma relação com a

Lava Jato, e sim com a Operação Greenfield. Moro e Dallagnol não estavam ali. Toffoli também não considerou inapropriado tomar decisões favoráveis a cliente de sua esposa advogada. Ministros do STF se definem acima de qualquer suspeita, mesmo quando a suspeição é a mais elementar. Renunciam o autor respeito para ajudar os pobres parentes. Ao mandar investigar organização da sociedade civil com base em desinformação já desmentida, desmolda intenção intimidatória. Independentemente de ter apoiado a Lava Jato, a organização já teve inquérito arquivado. Toffoli sabe que seu ato é espúrio. Lavajatismo e neolavajismo miram alvos diversos. Esta

é a sua via divergência. Freud energizar "narcisismo das pequenas diferenças", uma hostilidade fabricada apesar das íntimas semelhanças.

Ambos praticam "lawfare". Ambos perseguem, ameaçam e violam a lei. Ambos escondem o interesse privado por trás da defesa do interesse público. Ambos apelam a um ethos messiânico e declaram, pateticamente, o objetivo de salvar o Brasil. Ao mito do juiz herói, somaram agora o mito do advogado herói. Manipuladores do direito, atacam embate setorial com verborragia jurídica. Odeiam-se, e odeiam-se tão parecidos. Um narcisismo das mal disfarçadas equidistâncias. O neolavajatismo busca perpetuar a sombra do perigo da Lava Jato, como se a operação estivesse prestes a ressuscitar. A Lava Jato não está morta! tor-nou-se manra indutor de pânico, para o qual se oferecem como solução. Uma solução cara. Alegam combater juizes parciais e procuradores que instrumentalizam Ministério Público em nome de um projeto de

poder. Na prática da promiscuidade, contudo, instrumentalizam seus salários de festa para quebrar a imparcialidade de juizes que decidem casos vulgares de seus clientes. Possuem também um projeto de poder, sobretudo de poder aquisitivo. O fenômeno é antigo e não foi inventado por Sérgio Moro, Delam Dallagnol, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e a advocacia lobista. Instrumentalizar o direito para fins políticos e econômicos, e esconder o truque sob a retórica da autoridade técnica, é uma degeneração presente em Estados de Direito por aí. Um bom Estado de Direito depende da qualidade da legislação, mas sobretudo da fibra intelectual e moral de seus operadores.

O neolavajatismo costuma reagir a críticas com ameaça de responsabilização civil e criminal. Pois as prerrogativas da advocacia estariam acima de quaisquer prerrogativas da cidadania. Uma prova modesta de seu gene lavajista, as provas robustas ficam para outro dia.

[DOM, Ello Gaspari, Celso Rocha de Barros | 160, Deborah Bizarri, Camila Rocha | 161, Joel Pinheiro da Fonseca | 162, Ello Gaspari | 163, Conrado H. Mendes | 164, Marcos Augusto Gonçalves | 165, Demétrio Magnoli]

Lira sinaliza retaliação, e ala do PSB tentava voltar a seu bloco

Presidente da Câmara assina requerimento questionando ministra da Saúde

Carla Seabra, Victoria Azevedo e Ranier Bragion

BRASÍLIA Em meio a uma crescente tensão na relação com o governo Lula (PT), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), lançou duas frentes de pressão no Congresso. Integrantes do PSB mais alinhados a ele e sua tropa de choque se lançaram numa cruzada para que o partido volte atrás na decisão de abandonar o bloco do deputado alagoano na Câmara. Também assinou nesta semana requerimento para cobrar que a ministra da Saúde, Nisia Trindade, esclareça os critérios de liberação de recursos agrididos por parlamentares.

A decisão do PSB de sair do bloco foi vista pelo líder do centro e seus correligionários como um ataque paroxístico pelo governo Lula. Em conversa, Lira e aliados sinalizaram que haverá retaliação caso a sigla mantenha a decisão de deixar o bloco.

Segundo relatos, Lira disse a integrantes do PSB que eles estavam sendo usados pelo governo para tentar enfraquecer o que o problema de ações políticas como essa é "o dia seguinte".

Na quarta (7), dirigentes da sigla estiveram com a presidente do PT, Cleide Hoffmann (PB). Ela tentou articular a volta da legenda à federação Brasil da Esperança (que reúne PV e PC

do B), hoje com 81 deputados. O ingresso do PSB levaria o bloco a 95 deputados, só uma cadeira a menos que o PL.

A tarde, se reuniram integrantes da agremiação na Câmara. Após o encontro, o deputado Felipe Carreras (PE), que foi líder do partido no ano passado, afirmou que nenhuma decisão foi tomada e que isso só virá após o Carnaval.

"Existem muitas possibilidades, tem muitos pensamentos diferentes", disse Carreras, próximo a Lira, tem sido apontado como um dos nomes que estão atuando para reverter a decisão do PSB.

Ma, dirigentes do PSB apostam na possibilidade de com o bloco que tem MDB, PSD, Republicanos e Podemos, segundo maior da Casa.

Alados de Lira dizem que, por integrar o bloco do deputado do PP a legenda teve o comando de comissões relevantes e relatorias de projetos importantes — e que, pelo tamanho da bancada, não teriam.

Outro exemplo citado por aliados de Lira foi o apoio do centro, em detrimento de uma medida provisória do governo, para aprovação do projeto da deputada Tabata Amaral (PSB-SP) que cria um programa de incentivo financeiro a permanência de estudantes de baixa renda no ensino médio. A parlamentar é pré-candidata à Prefeitura de São Paulo.

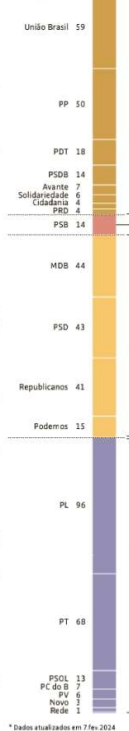
O gesto do PSB é visto como uma quebra de acordo. Um aliado próximo do presidente da Câmara afirma que esse movimento também pode impactar alianças que vinham sendo costuradas nos estados para as eleições municipais.

Além de telefonemas a deputados do PSB, esse recado foi dado diretamente ao líder da bancada na Casa, Gerivaldo Maia (PB), em encontro com deputados dos partidos que compõem o bloco na segunda-feira (5).

Naquele mesmo dia, o chefe da Câmara fez, na abertura do ano legislativo, um discurso recheado de recados ao Palácio do Planalto.

O deputado cortou relações com o ministro responsável pela articulação política de Lira, Alexandre Padilha (PT), e trabalhou por sua derrobação. Já o governo sustenta Padilha, em atitude vista por inter-

Centro em blocos*



* Dados atualizados em 7/fev/2024

162 deputados

Bloco de Arthur Lira
Refer-se ao conjunto de siglas reunidas pelo presidente da Câmara dos Deputados em reação ao bloco criado pelo Republicanos.

Partido pode perder o bloco de Lira ou do Republicanos

143 deputados

Bloco do Republicanos
Refer-se aos partidos que se uniram formalmente na Câmara por articulação do Republicanos, partido do centro

Total + PSB
157 deputados

194 deputados

Sem bloco
Partidos que não participam de nenhuma destas duas divisões estabelecidas pelo centro, não significa que não estejam em outros tipos de blocos na Câmara

Total
513 deputados

grantes do centro como uma afronta e uma tentativa de enfraquecer Lira para a disputa sucessória na Câmara.

O PSB tem quase tamanho de nanico na Câmara, apenas 14 dos 513 cadeiras, mas sua movimentação tem relevância porque é uma jogada a mais no tabuleiro da sucessão de Lira — que ocorrerá em fevereiro de 2025.

Hoje o presidente da Câmara controla um bloco majoritário, com 162 deputados (já excluído o PSB).

Por ora, Lira tem sinalizado bancar a candidatura de Elmar Nascimento (União Brasil-BA) para sucedê-lo. Elmar foi um dos que telefonaram para parlamentares do PSB para demover a saída de sair do grupo.

Lira tem demonstrado sinais de irritação com o que considera uma tentativa do governo federal de interferência na sucessão interna, uma vez que esse movimento acaba fragilizando o seu bloco.

O outro gesto de Lira — o requerimento sobre verbos da Saúde — foi assinado também por líderes próximos a ele.

Não é comum que o presidente da Casa apresente proposições. No ano passado, por exemplo, segundo dados do portal da Câmara, ele assinou somente um requerimento: o de criação da Frente Parlamentar Mista da Hotelaria Brasileira.

Integrantes do alto escalão do Congresso reclamam que, no fim do ano passado, o governo, principalmente o Ministério da Saúde, fez repasses a municípios na forma de emendas abaixo do esperado pelos parlamentares. Além disso, gerou ruídos na relação com congressistas e vetos de Lula de R\$ 5,6 bilhões as emendas de comissão no Orçamento de 2024.

As emendas, um dos principais pontos de atrito, são uma forma com que deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político.

Um líder próximo a Lira afirma que a apresentação do requerimento demonstra a insatisfação dos parlamentares com a execução dos recursos e é um reflexo da pressão que os líderes vêm recebendo de deputados de seus partidos, além de prefeitos, principalmente por se tratar de ano eleitoral e julgase parlamentares sem a necessidade de autorização da Casa respectivas.

Dino disse que ataques pessoais a ministros do STF são injustos e perigosos, mas estão se vulgarizando no país, e que Moraes tem sido alvo mais frequente.

Thaís Oliveira

Zanin quer desculpa em vídeo de homem que o ofendeu

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Cristiano Zanin pediu à Justiça que o homem que o ofendeu no banheiro do aeroporto de Brasília seja obrigado a gravar um vídeo com pedido de desculpas.

A 6ª Vara Criminal de Brasília pediu que o crime de injúria. Os advogados de Zanin afirmam que de retirar tudo o que disse e pedir a extinção do processo.

A defesa do ministro afirma que o Judiciário só deve encerrar o processo caso o agressor se retrate de maneira "irrestrita".

O acusado filmou a própria abordagem a Zanin, em janeiro do ano passado. Ele disse: "Parece desisto. O pior advogado que possa existir na vida aqui. Olha o bandido, o corrupto aqui. Diz o homem que aparece usando máscara. Ele também chama Zanin de 'salfado' e 'vagabundo'".

Depois, passa a ameaçar agredir fisicamente o ministro, que não responde.

Dino defende Moraes e vê direito de STF julgar parlamentares

BRASÍLIA A poucos dias de tomar posse como ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), o ex-ministro da Justiça Flávio Dino (PSB) discursou da tribuna do Senado nesta quarta (7) e saiu em defesa da corte e de seu futuro colega de tribunal Alexandre de Moraes.

Dino disse que vê com preocupação "falsas soluções" como o impedimento de ministros do Supremo e ressaltou que foi o próprio Congresso quem decidiu que o STF tem poder para julgar parlamentares.

"Vejo, às vezes, estranhamento com o fato de o Supremo Tribunal Federal julgar parlamentares", disse. "O Congresso Nacional que permitiu que o Supremo fosse impedido de julgar parlamentares sem a necessidade de autorização da Casa respectivas".

Dino disse que ataques pessoais a ministros do STF são injustos e perigosos, mas estão se vulgarizando no país, e que Moraes tem sido alvo mais frequente.

Thaís Oliveira